



MEIO AMBIENTE - Rejeição do acordo UE-MERCOSUL pelos deputados holandeses



A Câmara dos Deputados do parlamento holandês adotou, quarta-feira, 3 de junho de 2020, uma moção do "Partido para os animais" pedindo ao governo que se opusesse à polêmica acordo comercial entre a União Europeia e os países do Mercosul, celebrado há quase um ano. Essa votação poderia complicar a ratificação do acordo, uma vez que o texto deve ser ratificado por todos os Estados membros para entrar em vigor.

Para a maioria dos deputados holandeses, esse acordo levaria a um novo desmatamento na Amazônia e na reserva natural do Cerrado. Além disso, é provável que este acordo crie concorrência desleal para os agricultores europeus, pois eles devem produzir com padrões mais rigorosos do que os da América do Sul.

Essa recusa mostra a disposição dos europeus de integrar questões ambientais em detrimento do comércio e do livre comércio.

Tal como está, o acordo não deve, portanto, ver a luz do dia. No entanto, pode estar sujeito a renegociação, embora as discussões entre a União Europeia e os países do Mercosul continuem difíceis, principalmente com o Brasil, onde os países europeus duvidam do compromisso do presidente Jair Bolsonaro com o clima, especialmente sobre o desmatamento.



BIODIVERSIDADE - Aumento do desmatamento nas regiões tropicais

De acordo com o último relatório anual da ONG Global Forest Watch, plataforma internacional de monitoramento florestal liderada pelo americano think tank World Resources Institute (WRI), aproximadamente 38.000 km² de floresta tropical foram destruídos em 2019, o equivalente ao tamanho da Suíça.

O estudo mostra que a cada seis segundos, nosso planeta perdeu em 2019, uma área equivalente a um campo de futebol. O desmatamento também aumentou em comparação com 2018, quando o estudo observa um aumento na perda de florestas tropicais primárias em 2,8%.

Essas florestas tropicais primárias desempenham um papel importante no armazenamento de carbono e são essenciais para a biodiversidade. Sua perda leva a um aumento da poluição em todo o mundo.

Devido a esse aumento no desmatamento, os numerosos incêndios, mas também a atividade humana, em particular a agricultura, notadamente o cultivo de soja e criação de animais.

Além do Brasil, que perdeu quase 1.361.000 hectares e responde por mais de um terço dessas perdas, os países que perderam a floresta mais virgem são a República Democrática do Congo, a Indonésia e a Bolívia. No entanto, alguns países conseguem reduzir o desmatamento. É o caso da África Ocidental, Gana e Costa do Marfim, após compromissos políticos e até industriais, principalmente no setor de cacau.

Finalmente, a pandemia de Covid-19 poderia piorar a situação em países onde poderia enfraquecer a aplicação já muito fraca dos poderes das nações que vivem em florestas tropicais.



MEIO AMBIENTE: O decreto de 1984 relativo à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da prevenção da poluição foi novamente modificado

Como parte da reforma de Assuntos Marítimos 2022, o Decreto n° 84-810, de 30 de agosto de 1984, relativo à proteção da vida humana no mar, prevenção de poluição, segurança e certificação social de navios e o artigo R. 1621-12 do código de transporte foi modificado. O Decreto n° 2020-600, de 19 de maio de 2020, transpõe a Diretiva (UE) 2017/2110 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de novembro de 2017, relativa a um sistema de inspeção para a operação segura de serviços regulares de navios ro-ro passageiros de alta velocidade e embarcações de passageiros, que altera a Diretiva 2009/16 / UE e revoga a Diretiva 1999/35 / CE.

Um dos objetivos deste decreto é promover o desenvolvimento de atividades profissionais na faixa costeira. Para isso, ele analisa determinadas definições e, portanto, seu escopo. Para tornar os procedimentos administrativos mais fluidos, o Estado está se retirando um pouco mais da emissão de títulos e certificados de navios. A partir de agora, este último será mais amplamente delegado em sociedades de classificação autorizadas. Além disso, o decreto implementa as decisões

tomadas em relação à desconcentração e realocação de decisões administrativas individuais.

No que diz respeito às inspeções e visitas aos navios, a composição do comitê central de segurança e dos comitês locais de teste foi alterada, assim como a lista de pessoas que podem participar de visitas a navios. Também foram estabelecidas as condições para visitas a navios ro-ro de passageiros e embarcações de passageiros de alta velocidade.

Finalmente, foi estabelecida uma obrigação de informar o departamento de investigação de ocorrências marítimas (BEA mer) para operadores de navios, capitães e sociedades de classificação.



TRANSPORTE - A entrada em vigor do prêmio de conversão e o bônus ecológico revisado em vigor

O decreto n° 2020-656, de 30 de maio de 2020, relativo aos auxílios à aquisição ou locação de veículos pouco poluentes que entramos anúncios do plano de recuperação de automóveis relacionados ao bônus de conversão e ao bônus ecológico apareceram no Jornal Oficial em 31 de maio.

No período de junho a final de dezembro, o bônus para veículos elétricos que custam menos de 45.000 euros cairá de 6.000 para 7.000 euros para pessoas físicas. Quanto aos profissionais, passa de 3.000 a 5.000 euros. Além disso, a compra de um veículo híbrido plug-in com alcance superior a 50 quilômetros e custo inferior a 50.000 euros oferece um bônus de 2.000 euros.

Também durante este período, são aumentados até 3000 euros para um veículo térmico, o prêmio de conversão e até 5000 euros para a compra de um veículo híbrido elétrico ou plug-in. O escopo dos veículos elegíveis para demolição é ampliado para os veículos classificados como Crit'Air 3. O teto da receita de referência tributária de acordo com cada ação, que permite se beneficiar de condições mais favoráveis, aumenta os montantes dos prêmios para 18.000 euros.

Desde 1° de junho, se uma autoridade local melhorar o prêmio de conversão para pessoas que vivem ou trabalham em áreas de baixa emissão, essa melhoria será dobrada pelo Estado até um limite de 1.000 euros por prêmio. Por fim, o decreto estabelece um "bônus de retrofit elétrico" para transformar um veículo com motorização térmica em motorização elétrica com bateria ou célula de combustível.

Além disso, para a compra de uma bicicleta assistida eletricamente alocada pela autoridade local, o valor do bônus é dobrado pelo Estado, até um limite de 200 euros.



Jurisprudência

Cons.const. 20 de maio de 2020, n° 2020-841 QPC

As disposições do Código de Propriedade Intelectual que organizam o acesso da HADOPI às informações de identificação do usuário estão em conformidade com a Constituição. Por outro lado, aqueles que permitem o acesso a todos os documentos, incluindo dados de conexão, são declarados inconstitucionais.

CE, ord., 18 de maio de 2020, req. 440442 e 440445

O Conselho de Estado recorda que um sistema de vigilância policial que captura imagens de pessoas por drones constitui um processamento de dados pessoais e, portanto, deve fornecer um certo número de garantias para ser lícito.

CE 12 jul 2019 n° 422542

o Conselho de Estado completa a sua jurisprudência em sentido favorável à convivência entre os painéis fotovoltaicos e agricultura, com uma consideração bastante clara do princípio: O fato de que as construções e instalações para uso agrícola também pode ser utilizado para outras atividades, em particular para a produção de energia, de modo a privá-los do caráter de construções ou instalações necessárias para a agricultura, na aceção das disposições mencionadas, uma vez que essas outras atividades não ponham em causa o destino agrícola comprovado das construções e instalações em questão

Sentença de TA Montpellier n° 1804982, de 18 de maio de 2020

cancela a autorização para estender a pedreira e a destruição de espécies protegidas que haviam sido emitidas em 16 de agosto de 2018 pelo prefeito dos Pirineus Orientais. Essas 2 autorizações constituem a autorização ambiental instituída pela portaria de 26 de janeiro de 2017.



O programa EWC, entrega ecológica de encomendas

Uma ferramenta ao serviço das comunidades que desejam descarbonizar a entrega de encomendas nos últimos quilômetros. Esse é o objetivo do programa ColisActiv, resultado de uma colaboração entre três partes, a Federação Francesa de usuários de bicicletas, Sonergia, uma empresa envolvida no sistema de certificado de economia de energia (EEC) e vários parceiros, como do que o Clube de cidades e territórios de ciclismo.

A ColisActiv 'é a empresa que responde à chamada para o programa CEE do Ministério da Transição Ecológica, que visa reduzir o custo da entrega a pé ou de bicicleta, a fim de torná-la competitiva. Para isso, planeja pagar um prêmio às partes entregues, cujo valor ainda não foi determinado, compensando a diferença de custo em relação à entrega por veículo térmico. O programa financiará 65% do valor do prêmio, sendo o restante coberto pelas comunidades envolvidas. O prêmio diminuirá com o tempo, diminuindo entre o primeiro e o terceiro ano. O perímetro subsidiado também será reduzido à medida que a densidade da entrega aumentar.

O objetivo da ColisActiv 'é incentivar o abandono do veículo térmico em favor da mobilidade ativa para a entrega dos últimos quilômetros de pacotes.

O programa foi implantado pela primeira vez em 4 territórios-piloto, para financiar a entrega de 5 milhões de pacotes. Agora está aberto a todos os territórios voluntários. Essas áreas serão selecionadas até junho de vinte territórios pré-selecionados, localizados principalmente em Île-de-France, Auvergne-Rhône-Alpes e na região sul da Provença-Alpes-Costa Azul. A seleção será feita sob diferentes critérios: compromissos com a qualidade do ar, avaliação do sistema de bicicletas em vigor, resultados do barômetro das cidades ciclistas, tamanho e densidade do território, áreas de retransmissão de pacotes compartilhados, etc. A entrega de encomendas pelos modos ativo de ciclismo e caminhada tem a vantagem de ser mais sustentável, reduzindo o tráfego de automóveis no centro da cidade e criando empregos. O

orçamento do programa piloto é de 5,8 milhões de euros (M €), incluindo 3,8 M € financiados pelos EWCs.



Um novo para a EDF

Uma turbina eólica offshore ou turbina eólica offshore é uma turbina eólica instalada no exterior e não no interior, para melhor utilizar a energia eólica e gerar eletricidade graças a um turbina e um gerador elétrico.



Em 2019, mais de 5.000 turbinas eólicas estão conectadas na Europa, das quais 502 foram instaladas durante o ano. O pico de potência acumulado representa 22,1 GW, distribuídos em 110 parques em doze países europeus, Reino Unido (44%) e Alemanha (34%) na liderança. Esses dois países, assim como a Dinamarca, a Holanda e a Bélgica, abrigam 98% do parque europeu em 2017, favorecidos por um mar do Norte raso e com ventos regularmente.

Em 2 de junho de 2020, a EDF Renouvelables (uma subsidiária do Grupo EDF) anunciou o lançamento dos trabalhos no parque eólico marítimo Fécamp.

Os trabalhos começarão em terra, em particular com uma parte da conexão elétrica da costa, a preparação do local de Le Havre (Quai Bougainville) para a construção de fundações por gravidade, a construção em Le Havre (Quai Joannes Couvert) da fábrica de moinhos de vento, e o início da construção da base de manutenção na Fécamp.

Em 2021, as operações continuarão principalmente em terra.

Em 2022 e 2023, a instalação do parque eólico offshore será realizada na costa da Normandia, com as fundações, a subestação elétrica no mar, os cabos e as turbinas eólicas). O parque será inaugurado em 2023. Em seguida, produzirá o equivalente ao consumo anual de eletricidade de 770.000 pessoas, ou mais de 60% dos habitantes de Seine-Maritime.

O custo total do investimento do projeto é estimado em 2 bilhões de euros.

Grandes contratos de fornecimento foram assinados com os principais provedores de serviços. O local mobiliza um total de mais de 1.400 empregos locais e durante os 25 anos de operação, também serão criados cem empregos locais permanentes no porto de Fécamp para garantir a manutenção das instalações.



BIODIVERSIDADE

As ambrósias são plantas invasoras e alergênicas que se espalham na França há mais de 40 anos. Além de representar um risco para a saúde dos franceses, eles constituem uma ameaça para as culturas agrícolas. Responsáveis por perdas de rendimento, as ambrósias são a fonte de muitos custos adicionais para os agricultores. Várias organizações, como o observatório de ambrosia "FREDON France", a associação "Stop Ambroisie" ou a "Aliança contra espécies invasoras" (AEI) destacaram as dificuldades que essas espécies podem causar no setor agrícola, bem como a necessidade de controlar seu desenvolvimento. Em 2017, um decreto ministerial incluiu três espécies de ambrósia na lista de espécies prejudiciais à saúde humana. A sagebrush é a espécie mais difundida e seus impactos são amplamente documentados. está bem identificado como uma ameaça à saúde humana e é objeto do artigo D. 1338-1 do código de saúde pública integrado pelo decreto n° 2017-645 em aplicação da lei de 26 de janeiro de 2016 sobre a modernização de nosso sistema de saúde. No entanto, o ambrósio com sagebrush, amplamente distribuído na Europa, não atende aos critérios de espécies emergentes ou de distribuição limitada que justificam a classificação como organismo de quarentena no Regulamento Fitossanitário Europeu 2016/2031 / EU.